

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

I P E A

SETOR: PLANEJAMENTO GERAL

A EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA

João Paulo de Almeida Magalhães

Documento para discussão interna

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1969.

IPEA  
137

Dezacos 2,50

lx.3

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICO-SOCIAL APLICADA
(IPEA)
F N.º 3454
Data 28 / 5 / 69

## A EXPLOÇÃO DEMOGRÁFICA

João Paulo de Almeida Magalhães

Uma das grandes preocupações atuais dos estudiosos do desenvolvimento econômico se refere a intensa expansão demográfica em curso nos países subdesenvolvidos do mundo. Teme-se que como consequência dela as atuais tentativas de elevar o padrão de vida dos subdesenvolvidos se vejam seriamente comprometidas. O século XXI em vez de marcar uma era de elevados padrões de vida para a humanidade estaria arriscado a registrar simplesmente padrões médios pouco mais elevados que os atuais com uma população substancialmente maior. Em outras palavras um substancial aumento do Produto seria em boa parte compensado, nos seus efeitos positivos, pelo número substancialmente maior de habitantes.

Essa linha de raciocínio levou a um amplo movimento em favor do controle populacional. Nos livros de texto sobre o desenvolvimento e seus problemas, a pregação em favor da baixa da natalidade se tornou uma constante. Os economistas brasileiros de formação ortodoxa, em obediência ao seu velho costume de absorver imediatamente todas as novidades da literatura estrangeira, abriram uma campanha contra as repercussões entre nós da explosão demográfica. Acreditamos, de nossa parte, que os inconvenientes da atual expansão demográfica no Brasil estão longe de estar demonstrados. Não ponos em dúvida que, para a quase totalidade dos atuais países subdesenvolvidos, o intenso crescimento demográfico constitui de fato um sério problema. O Brasil, todavia, com seu imenso território, sua baixa relação habitantes/recursos naturais e, sobretudo, com a difusa implantação de suas atividades econômicas, constitui aparentemente uma exceção à regra geral. A quase unanimidade dos especialistas em desenvolvimento no que se refere aos inconvenientes do surto demográfico, resulta de que se inspiram, nos seus trabalhos em nações, onde o problema realmente existe. Como tal é o caso da quase totalidade dos países; suas generalizações são explicáveis. Não compreendemos contudo porque economistas brasileiros aceitem, sem discussão, tais idéias ignorando a inexistência entre nós de condições que alteram ou mesmo invertem os dados do problema.

No presente trabalho pretendemos não demonstrar que a explosão demográfica é benéfica para o Brasil, pelo menos sublinhar os aspectos positivos que apresenta entre nós. Nessa análise se manterá estritamente dentro do campo da Economia. Não consideramos, todavia, desprezível assinalar que num mundo em explosão demográfica, e no qual as distâncias se reduzem rapidamente em função do aperfeiçoamento dos transportes, a manutenção de grandes áreas vazias

ou insuficientemente aproveitadas representa, a longo prazo, um risco substancial. A par disso é incontestável que a preocupação dos desenvolvidos com a explosão demográfica, em países da dimensão do Brasil, apresenta, da mesma forma, aspectos extra-econômicos. De fato, na hipótese de fracasso das suas políticas de desenvolvimento, eles estarão sujeitos a sérios tumultos sociais internos e o problema resultante para a comunidade internacional crescerá na razão direta do tamanho das populações.

Dentro dos limites restritos da análise econômica, em que pretendemos nos manter, o assunto será desenvolvido em três parágrafos. No primeiro estudaremos o mecanismo da explosão demográfica e os aspectos negativos que lhe são atribuídos. No segundo parágrafo trataremos da noção de ótimo populacional e de sua significação no caso brasileiro. No terceiro e último examinaremos a pressão colocada pela explosão demográfica nas fracas disponibilidades de poupanças dos países subdesenvolvidos.

#### PRIMEIRO PARÁGRAFO: Mecanismo e Significado da Explosão Demográfica

Desde o surgimento do capitalismo industrial a humanidade experimentou duas explosões demográficas. A primeira delas foi durante o século XIX e ligou-se estreitamente à Revolução Industrial, atingindo os países da Europa Ocidental que dela participaram. Estatisticamente ela se exprime nos termos da Tabela I abaixo. Deixando-se de lado o caso especial da Irlanda, verifica-se por exemplo, que na Inglaterra a taxa média de expansão populacional aumentou entre 1650 e 1800 de quase cinco vezes na primeira metade do século XIX. Já na segunda metade daquele século começou-se a registrar um mecanismo de freiação que foi se acentuando até atingir a situação atual em que o crescimento demográfico dos países desenvolvidos dificilmente ultrapassa o nível de 1% a. a.

TABELA I

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO (POR MIL)

	1650-1800	1800-1850	1850-1900	1900-1940
Inglaterra	3	14	11	5
França	3	5	3	1
Alemanha	2	11	9	7
Itália	2	7	6	8
EEUU	...	31	24	14
Irlanda	9	5	16	1

FONTE: Hicks Social Framework

O mecanismo da explosão demográfica do século XIX pode ser descrito da seguinte maneira. Quando a Europa ingressou na Revolução Industrial, registrou-se um rápido enriquecimento dos países envolvidos, com rápida elevação dos padrões alimentares e de higiene. Diante disso as doenças ligadas à subnutrição e à deficiência da Saúde Pública perderam substancialmente sua importância. Declinou, em consequência, drasticamente, a taxa de mortalidade. Como a natalidade se mantivesse constante entrou a população a se expandir aceleradamente. Passado algum tempo, contudo, registrou-se um processo automático de freagem. Em verdade os habitantes dos países atingidos pela Revolução Industrial, que haviam obtido significativa melhoria nos seus padrões de vida, reagiram à ameaça representada pelo rápido aumento das famílias. A limitação da natalidade se generalizou sem que houvesse qualquer necessidade de uma política oficial de planejamento familiar. Tivemos, pois, três momentos: antes da explosão demográfica a natalidade era elevada mas também o era a mortalidade, crescendo, portanto, lentamente a população; com a Revolução Industrial cai a mortalidade, mantém-se alta a natalidade, do que resulta uma violenta expansão demográfica; logo a seguir, declina também a natalidade e volta a população a crescer lentamente, pôste que dentro de características diferentes das encontradas anteriormente ao século XIX.

A segunda explosão demográfica observada na sociedade industrial é a que ocorre hoje nos países subdesenvolvidos do mundo. Os dados a respeito se acham na Tabela II.

TABELA II

**TAXAS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO (PERCENTAGEM) ANO 1965**

1 - América Latina .....	2,9
2 - Centro-Sul Asiático, Ásia Oriental, menos China Continental .....	2,3
3 - Sudeste Asiático .....	2,6
4 - Oriente Médio e Norte da África .....	2,9
5 - África Negra .....	2,4
6 - OEEC .....	1
7 - Países Europeus da OEEC .....	0,6
8 - CEE mais Reino Unido .....	0,6
9 - CEE .....	0,7
10 - AELC .....	0,4
11 - Escandinávia .....	0,6
12 - Parte de Varsóvia .....	1,1
13 - Europa Oriental .....	0,7

FOUITE: Kahn e Wiener "O Ano 2000"

Note-se que enquanto as regiões subdesenvolvidas do mundo se expandem a taxas que variem de 2,3% a 2,9% ao ano, os agrupamentos de países desenvolvidos se situam sempre abaixo de 1% ao ano. No caso dos membros do Pacto de Varsóvia esse limite é ligeiramente ultrapassado. Incluem-se, porém, nesse grupo países que não podem ser considerados plenamente desenvolvidos.

Diferentemente do que ocorreu na Europa Ocidental o mecanismo que presidiu à nova explosão demográfica apresenta características diferentes do seu antecessor, características essas que o tornam particularmente perigoso. De fato, a queda da mortalidade nos países subdesenvolvidos não resultou da elevação geral dos níveis de vida. Mostra Scary (\*) que o aparecimento de antibióticos e de produtos como o DDT, que permitiram o combate em grande escala aos transmissores da malária, fez com que a taxa de mortalidade declinasse antes mesmo que se houvesse chegado a um significativo aumento de níveis de vida. Assim sendo, o desejo de manter ganhos adquiridos em termos de bem-estar, que na Europa Ocidental atuara como freio, deixa de ter validade no caso em foco. Fica, mes, portanto, diante do risco de um aumento populacional quase indefinido. O espectro denunciado por Malthus, de uma pressão demográfica excessiva sobre os recursos naturais do planeta, volta a adquirir contornos bem definidos. Vejamos, porém, em maior profundidade o que pode essa explosão demográfica significar para os países subdesenvolvidos. O problema vem sendo considerado através de dois ângulos diferentes: o primeiro, já referido acima, é o da pressão populacional sobre as disponibilidades de recursos naturais; o segundo é o da dificuldade para se obter, nos subdesenvolvidos, poupanças suficientes para atender ao aumento populacional e à elevação dos padrões de vida, ou seja, ao processo de desenvolvimento.

A inauficiência dos recursos naturais foi, inicialmente, colocada em escala mundial. Essa é a posição propriamente malthusiana. A elevação de produtos alimentares no mundo seria incapaz de acompanhar o ritmo do crescimento demográfico. A humanidade estaria, portanto, condenada à fome caso não fosse a explosão demográfica colocada prontamente sob controle. Ora, estudos mais acurados sobre o assunto revelaram que a produção mundial não revelaria qualquer dificuldade em acompanhar ou superar o incremento demográfico. O problema existia, portanto, em escala mundial. Quando muito se poderia levar em conta a observação de A. Lewis (\*\*), segundo a qual a prevalecerem as taxas presentes de expansão demográfica, se criaria um problema de escassez de espaço físico na superfície do planeta.

Do ponto-de-vista de países considerados isoladamente, a questão da

---

(\*) *Economie et Population*

(\*\*) *The Theory of Economic Growth*

insuficiência dos recursos naturais volta, no entanto, a ter validade. Suposta a inexistência de comércio internacional, ou mesmo a insuficiência deste, os países subdesenvolvidos com grande população relativamente às disponibilidades de recursos naturais podem ser levados à fome ou a sérias restrições alimentares. Ainda na hipótese de um comércio em nível satisfatório as dificuldades continuam. De fato o produto por habitante, e portanto o padrão de vida a que pode atingir um país, depende, entre outras coisas, da sua dotação relativa de fatores naturais. Assim sendo uma explosão demográfica que piore a relação habitantes/recursos naturais pode ter como consequência uma baixa renda per capita ao ser envolvido o processo de desenvolvimento. Não seria absurdo se super que alguns países asiáticos superpovoados, após seu completo desenvolvimento, venham a ter um produto por habitante 4 ou cinco vezes inferior aos Estados Unidos. Eles seriam desenvolvidos apenas no sentido de que já estariam utilizando toda a tecnologia moderna e grandes quantidades de capital por habitante. Em termos de padrão de vida, contudo, os resultados se revelariam nitidamente insuficientes. Assinale-se que o inconveniente da explosão demográfica aqui apontado independe inteiramente da insuficiência de poupanças. Ela existe mesmo na hipótese de que estas fossem amplamente suficientes para cobrir as necessidades de um desenvolvimento em condições de rápido crescimento populacional.

O problema colocado pela poupança é de tipo diferente. Suponhamos que um país tenha uma relação capital produto igual a 2,5. Se sua população cresce a 1% ao ano, uma taxa de poupança igual a 10% do PIB lhe proporcionaria um aumento do produto por habitante de cerca de 3% ao ano, o que pode ser considerado razoável. Se, todavia, sua expansão demográfica é de 3% ao ano deverá poupar e investir para alcançar o mesmo resultado cerca de 15% de seu PIB, meta extremamente difícil para a quase totalidade dos subdesenvolvidos. Ou, como diz um conhecido economista brasileiro<sup>(\*)</sup>, para se elevar o produto por habitante não há motivos para se agir apenas sobre o numerador da fração (cumpre atuar também sobre o denominador, isto é, ao mesmo tempo que se busca uma elevação do produto deve-se procurar uma expansão demográfica mais lenta.)

Esses são os dois argumentos utilizados pelos partidários das medidas de controle demográfico. Durante muito tempo a primeira linha de argumento baseada na insuficiência de recursos naturais foi mais utilizada. Hoje coloca-se ênfase principal na segunda, ou seja, na deficiência de poupanças. Nos dois parágrafos seguintes examinaremos separadamente cada uma delas.

---

(\*) Mario Henrique Simonsen. "Aritmética de Coelhos" revista Indústria e Produtividade

## SEGUNDO PARÁGRAFO: População e Recursos Naturais

Neste parágrafo preocupar-nos-emos exclusivamente com os problemas ligados à combinação entre população e recursos naturais. Deixamos para o parágrafo seguinte a questão da insuficiência poupança. Nas considerações abaixo consideramos portanto que inexiste qualquer dificuldade em realizar investimentos no volume requerido pelo país em exame, a existência de poupança suficiente será mais um pressuposto de nosso raciocínio.

O tema deste parágrafo nos leva a entrar imediatamente nos debates em torno do ótimo de população que gira em torno da relação ideal entre número de habitantes e território ou recursos naturais. Segundo mestre Leon Buquet<sup>(\*)</sup> o ótimo populacional pode ser considerado de diversos pontos-de-vista, tais como o da saúde pública, da longevidade, da potência militar e do nível de bem-estar (ótimo econômico). A nós interessa apenas este último aspecto, mesmo quando, porém, a ele as opiniões divergem. A opinião mais difundida é a de que o ótimo econômico seria dado por aquela população que assegurasse ao país o maior produto por habitante. Há porém outras concepções. Seguindo na linha de Sismundi Landry<sup>(\*\*)</sup> sustenta que o ótimo de população é aquele que proporciona o "máximo coletivo de satisfação" definida este como o produto da renda média pelo número de indivíduos que dela usufruem. A própria definição de renda média e produto por habitante é objeto de sérias discussões. Não entraremos nessa controvérsia. Aceitaremos simplesmente a idéia de que o ótimo econômico é dado pela maximização do produto por habitante. Assinalemos, finalmente, que a concepção de um ótimo populacional tem três fases de favor e desfavor. A principal objeção contra ela está na sua não operacionalidade. No que nos diz respeito, todavia, esse aspecto tem significado secundário. Consideraremos apenas casos de países que se achem flagrantemente aquém ou além do ótimo. A imprecisão dos conceitos apresenta assim menor importância.

1 - A idéia de ótimo populacional liga-se em primeiro lugar ao conceito econômico básico dos rendimentos decrescentes ou, mais propriamente, à lei das proporções variáveis. Diz esta que se aplicadas quantidades crescentes de um dado fator de produção, sobre quantidade constante de outro, após um período de aumento da produção média, esta entra a declinar. O exemplo clássico nos é dado por Ricardo. Se num determinado terreno agrícola se aumenta constantemente o número de trabalhadores a produtividade média destes sobe durante algum tempo (a divisão e distribuição do trabalho se torna mais eficiente), atin-

---

(\*) L. Optimum de Population

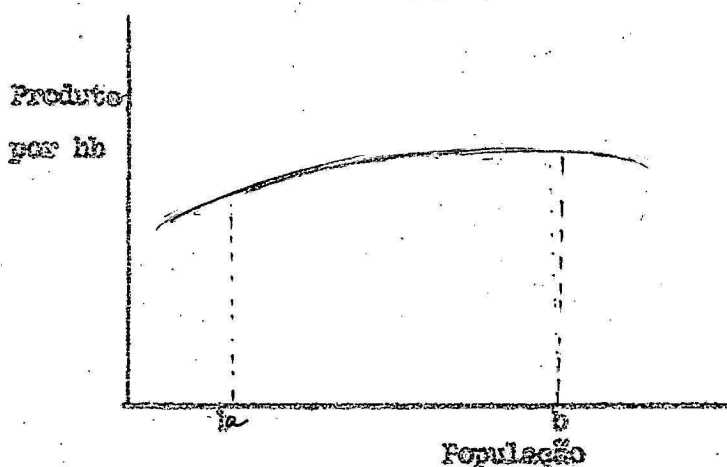
(\*\*) Traité de Demographie



ge um máximo e entra em seguida a declinar. É óbvio que no fim de algum tempo os trabalhadores suplementares não trarão nenhuma contribuição positiva mas apenas atrapalharão e dificultarão a atividade dos demais.

O Gráfico I abstrai nos mostra como as coisas se passariam no caso que nos interessa. O produto per habitante é representado no eixo vertical e a população no horizontal. Supõe-se que o gráfico se refere a um determinado país A com território constante. Enquanto a população cresce de  $a$  para  $b$  o produto per habitante sobe constantemente. A divisão de trabalho torna as atividades mais eficientes, a infra-estrutura econômica é melhor aproveitada etc. De  $b$  em diante atuam fatores de freio: terras de pior qualidade devem ser utilizadas, jazidas minerais antieconômicas exploradas etc. Dentro de nosso ponto-de-vista, o ótimo populacional seria portanto dado pelo ponto  $b$ .

Gráfico I



Convém deixar claro que ao se tratar de ótimos populacionais concretos deve-se levar em conta não a totalidade do território nacional mas apenas aquela parcela deste economicamente valorizada. Essa restrição pode ser justificada através de um exemplo concreto. Se um fazendeiro tem 1.000 ha de terra, mas põe em produção apenas 100 ha a combinação ótima terra/trabalhadores deve ser definida em função do espaço mais limitado de 100 ha.

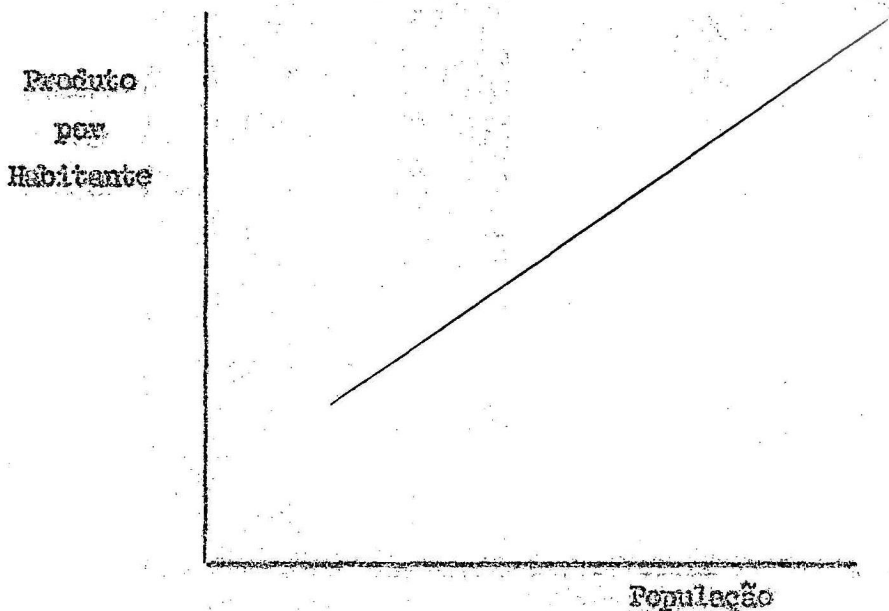
2 - O segundo aspecto a ser examinado dentro de uma análise do ótimo populacional é o de impacto da população no aumento do mercado. As dimensões deste são definidas pelo número de habitantes e o poder aquisitivo destes. O poder aquisitivo será tanto maior quanto mais elevada a quantidade de capital de que dispõe cada trabalhador para auxiliar sua atividade. A relação capital/trabalhador por sua vez depende da tecnologia utilizada na sociedade em causa. Assim sendo se num país a população é duas vezes maior que no outro, e ambos utilizam a mais moderna tecnologia disponível, o mercado do primeiro, e portanto o seu Produto Interno potencial, será duas vezes maior no primeiro do que no segundo. De ponto-de-vista que nos interessa isso não significa muito: o pro

duto por habitante seria o mesmo em ambos nos dois casos.

A experiência demonstra porém que um mercado maior permite mais elevado produto por habitante. O exemplo concreto é o dos Estados Unidos, cujo imenso mercado interno, autorizando uma produção em larga escala, conferiu-lhe produto por habitante substancialmente mais elevado que o das velhas nações industriais européias. O reconhecimento desse fato constituiu um dos fatores que determinaram a criação da Comunidade Econômica Européia. Do nosso ponto-de-vista, isto significa que o aumento da população, ao permitir um mercado maior torna mais elevado o produto potencial por habitante, constituindo portanto uma vantagem em si mesmo.

O Gráfico II abaixo exprime esse fato. No eixo vertical se mede o produto por habitante e no horizontal, a população. Verifica-se que o produto por habitante potencialmente alcançável aumenta indefinidamente(\*).

GRÁFICO II

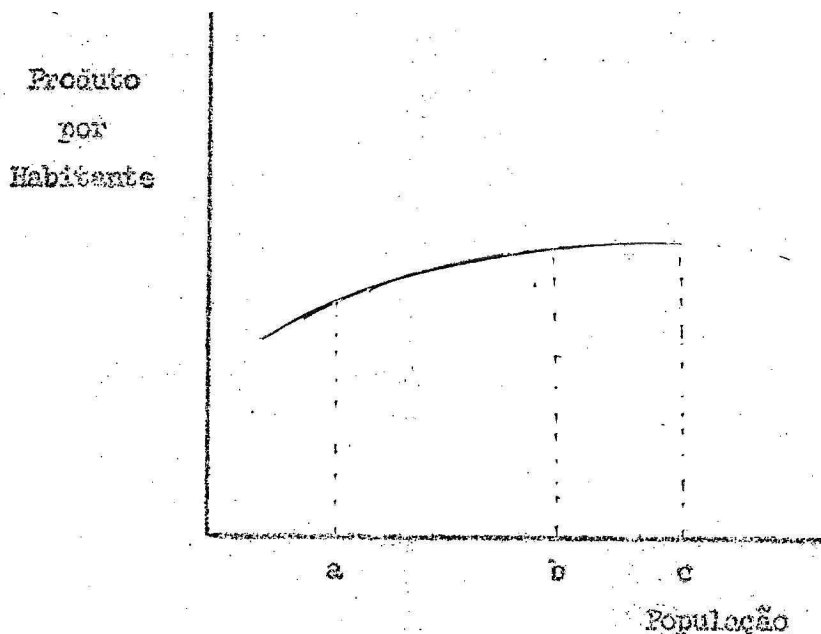


Essa conclusão nada tem de surpreendente. Ela se acha mesmo implícita na teoria da divisão internacional do trabalho. Segundo esta, a vantagem máxima para os participantes do comércio internacional seria obtida quando todo o mundo fôr incluído num mercado comum de dimensão planetária, isto é, quando toda a população do mundo fôr abrangida nesse mercado.

(\*) - Pressupõe esse raciocínio a existência de quantidades indefinidas de recursos naturais. A limitação destes será reintroduzida no Gráfico III.

Se o crescimento da população tem em si essa vantagem positiva não se infere daí que o ideal seria uma explosão demográfica permanente e em escala mundial. De fato o Gráfico II não leva em conta a limitação dos recursos naturais. A curva que determina o ótimo populacional por nós aceite constitui, em última análise, uma combinação entre as variáveis representadas nos Gráficos I e II. Vamos encontrá-la no Gráfico III.

GRÁFICO III



A primeira vista este se confunde com o número I. Melhor observação nos revela todavia uma importante diferença. O ponto mais alto da curva não ocorre com a população b, mas em nível bastante mais elevado, ou seja, c. Significa isso que as forças de freagem implícitas no primeiro gráfico são neutralizadas de b a c pelas vantagens decorrentes de um mercado mais amplo. Após c elas passam, contudo, a predominar. É fácil compreender que após certo tempo a pressão de uma densidade demográfica muito grande sobre um território dado, resultam em rendimentos rapidamente decrescentes. Estes acabam, conseqüentemente, por predominar fazendo com que se defina claramente um ótimo populacional.

3 - No Brasil estamos aquém do ótimo populacional seja no que se refere à combinação do número de habitantes/recursos naturais, seja do ponto-de-vista do mercado proporcionado por maior população.

Quanto ao primeiro aspecto poderíamos comprová-lo partindo das ob-

servações de Courtin(\*) sôbre a relação entre população e território em nosso País. Diz aquêle economista francês que se conhecem no mundo numerosos exemplos de população excessiva relativamente ao território. A situação oposta parece contudo ser economicamente absurda. De fato quando as terras disponíveis são muito grandes relativamente aos habitantes, lança-se mão do recurso simples de utilizar somente parte delas. Ora no Brasil, segundo aquêle autor, a ocupação do território caracterizada pela dispersão em grande superfície de fatores materiais e humanos fez com que ocorresse claramente uma situação de excesso de território.

Colocada a questão em termos diferentes diríamos que uma valorização economicamente racional do território brasileiro exigiria que aqui se tivesse feito algo semelhante do sucedido nos Estados Unidos, isto é, a ocupação inicial de uma pequena parte do país que seria aumentada na medida das necessidades. O que de fato ocorreu foi a disseminação quase imediata dos recursos disponíveis por todo território com a criação de uma espécie de arquipélago econômico. O resultado disso foi que as estradas, fontes de energia, infra-estrutura social, administração pública etc, se dispersaram por um imenso espaço com a conseqüente redução de sua eficiência. Assim, para se ligar duas regiões diferentes do país foram construídas vias de comunicação que atravessam grandes regiões despovoadas, donde sua infra-utilização. Algo semelhante ocorre com as linhas de transmissão de energia elétrica. Nossas extensíssimas fronteiras devem, outrossim, ser vigiadas e administradas, o que significa novo ônus para o País. É fácil compreender que na medida em que se adense a população essa infra-estrutura será melhor aproveitada aumentando a produtividade dos investimentos. Nos termos do Gráfico I diríamos que nossa população se acha entre os pontos a e b, sendo conseqüentemente possível elevar o produto por habitante através do seu acréscimo.

Para melhor se compreender o caso brasileiro poderíamos compará-lo com o do Canadá moderno. Aquêle país concentrou população e investimento numa faixa relativamente pequena do seu território. Assim sendo, foi-lhe possível utilizar eficientemente seu equipamento econômico com população relativamente pequena. Isto é, como o território a ser confrontado com a população, se restringe àquela faixa economicamente ocupada, parece lícito afirmar que o Canadá não se acha muito longe do seu ótimo populacional. O Brasil, que empreendeu ao mesmo tempo a valorização da maior parte do seu imenso território, se acha em situação completamente diversa. Como a dispersão inicial deitou

---

(\*) - Citado em "Condições Econômicas do Desenvolvimento" de JPAM.

raízes profundas(\*) não sendo possível corrigi-las, a solução consiste em se elevar a densidade populacional.

Quanto à questão do mercado deve-se dizer que tanto em nosso País como no Canadá a existência de enormes recursos ainda não utilizados, ou escassamente utilizados, faz com que uma população muitas vezes superior que a atual possa ser absorvida aumentando o mercado e, portanto, o produto por habitante. Em outras palavras, a frelagem analisada no Gráfico III não aturará após um significativo crescimento demográfico. No caso do país do Norte seu fraco crescimento demográfico torna a única solução para alcançar esse resultado uma substancial entrada de imigrantes de dimensões pelo menos igual à observada nos Estados Unidos no século XIX. Tal política apresenta porém em termos nacionais uma série de riscos e inconvenientes. O Brasil a braços com uma explosão demográfica resolverá o problema de maneira mais simples e direta.

Distingamos melhor entre o problema do mercado e o da combinação ótima população-recursos naturais. No Brasil, para alcançar as vantagens da combinação ótima, deveriam promover inicialmente um incremento demográfico limitado àquela área que se acha hoje economicamente ocupada. Atingida a combinação ótima (ponto p do Gráfico I) alargar-se-ia a ocupação territorial. Os ganhos em termos de produto por habitante então conseguidos decorreriam apenas do "efeito mercado" proporcionado pela maior população. No Canadá, onde existe, por hipótese, uma combinação ótima população-recursos naturais, promover-se-ia desde logo um aumento da população e do território ocupado. Os ganhos obtidos deveriam ser atribuídos exclusivamente à maior dimensão do mercado interno.

Concluindo o parágrafo — diríamos que ninguém nega que, em termos de população/recursos naturais, o Brasil deva ser considerado subpovoado, o que implica no reconhecimento indireto das vantagens de maior população. Os ataques dos antipopulacionistas se estribam assim exclusivamente no problema da insuficiência da poupança para atender ao mesmo tempo às necessidades de desenvolvimento e de uma população rapidamente crescente. Não negamos que esse segundo tipo de problema exista. Todo o parágrafo seguinte será dedicado ao seu exame. Parece-nos, contudo, importante sublinhar que o esquecimento das relações população/território significa abandono de um dado fundamental do problema, a saber, de que o Brasil se acha aquém do ótimo populacional e portanto sua expansão demográfica apresenta em si aspectos positivos.

---

(\*) - Referimo-nos aqui à implantação urbana e de infra-estrutura, disseminada por todo o País e que não pode ser transferida.

### TERCEIRO PARÁGRAFO: O Problema da Escassez da Poupança

Vimos anteriormente que o problema da poupança resulta de que a rápida expansão demográfica faz com que se desvie parte destas dos objetivos do desenvolvimento, para atender às necessidades do maior número de habitantes. Mostraremos na primeira parte que a insuficiência das poupanças não apresenta a gravidade que se lhe pretende atribuir. Feito isso mostraremos que no caso do Brasil o obstáculo colocado pela escassez da poupança se apresenta ainda menos significativo.

1 - Não há dúvida que existe um problema de poupanças ligado ao rápido incremento populacional. Será este porém tão grave como pretendem dar a entender os economistas ortodoxos? Acreditamos que a resposta seja negativa. Assinale-se, em primeiro lugar, que todo o desenvolvimento envolve um problema de aumento de poupanças. Nem é por outro motivo que este já foi exaustivamente estudado, mostrando-se inclusive como estas podem ser aumentadas sem restrições insuportáveis do consumo. Sabe-se, outrossim, que percentagens de poupança iguais a 20 ou 25% do PIB já foram conseguidas.

Ora, essa margem é mais do que suficiente para assegurar o desenvolvimento de qualquer país, apesar da explosão demográfica(\*). Não constituirá a recusa de se considerar um substancial aumento, na margem de poupança dos subdesenvolvidos, um prejulgamento sobre a incompetência e incapacidade destes num ponto que constitui a própria essência de todo o problema do desenvolvimento? Colocando-se a questão de forma ligeiramente diversa diríamos que o desenvolvimento se obtém através do aumento do capital por trabalhador. A maneira de elevar o capital é plenamente conhecida, ou seja, ocorre através de investimentos, e a importância destes depende do volume de poupanças. Por que não se atuar sobre estas últimas cuja formação obedece a regras amplamente conhecidas? Em sentido contrário, a contenção do surto populacional apresenta não apenas graves problemas sociais e psicológicos como entra em choque com princípios religiosos amplamente aceitos. Diga-se, finalmente, de passagem, que se fomos levar às últimas conseqüências a preocupação com o crescimento demográfico deveríamos considerar como ideal não o crescimento de 1% ao ano da população dos subdesenvolvidos mas um declínio puro e simples desta.

Outro ponto a ser estabelecido é de que a atual explosão demográfica deverá experimentar uma freagem natural do tipo do que se observou na segunda metade do século XIX. O problema não tem portanto a gravidade entrevista por Sauvy. Em outras palavras, mesmo sem aumento substancial da margem de poupanças estas se tornarão, com o passar do tempo, adequadas às necessidades

---

(\*) - Sobretudo considerando-se a freagem espontânea abaixo referida.

de um desenvolvimento acelerado. Vimos, de fato, que a preocupação do demógrafo francês decorria de que o atual aumento da população não ocorre concomitantemente com a elevação dos padrões de vida. Inexistiria, portanto, o mecanismo de frelagem que tão bem funcionou no século passado. Resultou tal situação de que os antibióticos e os meios de combate químico aos transmissores de moléstia apresentam um preço relativamente baixo, podendo, conseqüentemente, ser amplamente utilizados mesmo por nações pobres. Ora, modernamente surgiu um meio igualmente barato e simples de se reduzir a natalidade. Referimo-nos aos medicamentos anticoncepcionais que tenderão a se generalizar naturalmente. A frelagem da explosão demográfica deverá portanto ocorrer naturalmente, sem que os governos precisem necessariamente de se movimentar.

Concluindo este primeiro item, diríamos que os economistas ortodoxos tendem erradamente a ver na escassez da poupança um problema de dimensões iguais ao do representado pela insuficiência de recursos naturais. Resuscitam dessa forma, de maneira indevida, o espectro malthusiano. As preocupações do economista clássico inglês tinham razão de ser porque os recursos naturais eram e são, em grande parte, constantes. Assim na Índia moderna onde o ótimo populacional foi largamente ultrapassado, qualquer aumento de população significa que o produto por habitante, que o país alcançará ao conseguir seu pleno desenvolvimento, se reduz constantemente. Caso não consiga volume satisfatório de comércio exterior, o próprio problema de escassez alimentar periódica pode constituir ameaça permanente. Nesse país portanto bem como em todos os países superpovoados (infelizmente a maioria entre os subdesenvolvidos) justifica-se a preocupação com o crescimento populacional. Não podem os Governos como na Europa do século XIX ou nos subpovoados de hoje esperar que o processo de frelagem ocorra naturalmente. Uma ação contra os altos níveis de natalidade deve ser empreendida imediatamente. Esta porém se justifica fundamentalmente dado o desequilíbrio entre população e território. Extrapolat essa situação para países que se acham no extremo oposto constitui um sério erro.

2 - Se a insuficiência de poupanças não cria uma situação crítica em parte alguma do mundo sua gravidade, no Brasil, em parte como conseqüência de estarmos aquém do ótimo populacional é ainda menor.

Lembremos, em primeiro lugar, que o crescimento do produto depende não apenas da quantidade de poupança disponível mas também da produtividade do capital ou relação capital/produto. Ora o Brasil, por estar aquém do seu ótimo populacional, dispõe de equipamentos em situação de infra-utilização, e por ter mercado interno excessivamente pequeno, dispõe de capacidade ociosa em grande número de setores. Como conseqüência disso a população pode aumentar sem

grande acréscimo de capital. Isto significa um aumento do produto sem acréscimo proporcional de capital, ou seja, uma baixa da relação capital/produto. Ora em termos de desenvolvimento a elevação da poupança ou a baixa dessa relação tem exatamente o mesmo efeito. Assim sendo pode-se supor que a drenagem de poupanças resultante do forte surto populacional é pelo menos parcialmente compensada. Na realidade concreta o que ocorre não é propriamente uma baixa mas simplesmente a manutenção em níveis reduzidos da relação capital/produto. Esta no Brasil é sabidamente baixa, enquanto tende frequentemente a ser alta em países superpovoados (Índia). No Brasil a população cresce sem que sejam necessários grandes investimentos de apoio. Na Índia, contrariamente o mesmo fenômeno reclama a recuperação de terras de baixa qualidade, o uso da irrigação em larga escala, o aumento de uma infra-estrutura já sobrecarregada etc.

Um exemplo aritmético simples ajudará a compreender melhor o que temos em mente. O Brasil (apesar de algumas modificações ocorridas nos últimos anos) ainda é essencialmente um arquipélago econômico. Nas ilhas econômicas a atividade econômica é levada adiante de forma bastante refinada com uma elevada relação capital-produto. Digamos que essa seja de 3. O semivazio econômico que circunda a atividade revela-se elementar, usa pouco capital e a infra-estrutura requerida é pouco mais que a necessária para ligar as diferentes "ilhas". A relação capital-produto seria aí igual a 1.

Se fôsse lento o crescimento demográfico brasileiro, digamos de 1% a.a., toda a atividade econômica concentrar-se-ia nas "ilhas". Nesse caso uma taxa de investimentos de 12% (aceita a relação capital-produto de 3% para o conjunto do país) proporcionaria ao país uma taxa de crescimento anual do produto global de 4% a.a. e do produto por habitante de cerca de 3% a.a.

Suponhamos agora que a população cresça de 3% ao ano. Neste caso a atividade econômica espalhar-se-á por toda superfície do território nacional. Como consequência disso, a relação capital-produto nacional baixará para 2. Os investimentos de 12% ao ano nos proporcionarão um incremento do produto global de 6% ao ano e do produto por habitante de cerca de 3% a.a. Em outras palavras, válidas as hipóteses aqui estabelecidas, a explosão demográfica não resulta em nenhuma drenagem suplementar de poupança.

Não afirmamos que isto esteja acontecendo exatamente no Brasil. Desejamos somente ilustrar nossa tese sobre as consequências de um melhor aproveitamento de uma infra-estrutura espacialmente disseminada.



Outro ponto a ser assinalado é que, dada nossa capacidade de superar em condições de eficiência uma população muito maior que a atual, qualquer esforço de limitar o tamanho desta resulta em diminuição do nosso mercado potencial. Em outras palavras faz com que o nível do nosso produto por habitante potencial se aproxime menos dos níveis norte-americanos e mais dos níveis europeus de antes da Comunidade Européia. Assim sendo, mesmo se aceitamos para discutir a vantagem de uma redução imediata do incremento demográfico, caberia indagar se a aceleração atual do crescimento-produto por habitante não seria mais do que compensada por um produto por habitante mais baixo ao se completar nosso processo de desenvolvimento.

Assinale-se, finalmente, que no caso do Brasil a preocupação com o ônus colocado pela explosão demográfica sobre as poupanças parece ainda mais estranha diante do diagnóstico da economia brasileira correntemente aceito. Em verdade, não apenas o Programa Estratégico como a maioria do pensamento econômico nacional aceita que o fator limitativo fundamental ao nosso desenvolvimento é a insuficiência do mercado. Ora, conforme tivemos oportunidade de demonstrar alhures isto tem como corolário lógico uma abundância relativa de poupanças. Pode-se mesmo suspeitar que os pesados investimentos em infraestrutura econômica e social, hoje em andamento, constituem a forma de utilizar poupanças que de outra forma ficariam ociosas. Ora, dentro desse quadro como se justificar uma preocupação com as poupanças absorvidas pelo incremento populacional.

Em suma, nos países subdesenvolvidos e especialmente no Brasil a preocupação com a explosão demográfica tem fundamentos, na melhor das hipóteses, duvidosas.

#### CONCLUSÃO

A análise anterior nos permite propor as seguintes conclusões:

- a) a explosão demográfica constitui um problema para a grande maioria dos países subdesenvolvidos do mundo justificando-se, portanto, nêlas medidas destinadas a promover um declínio da natalidade;
- b) o problema principal não decorre, todavia, da dificuldade de reunir as poupanças necessárias para atender concomitantemente ao aumento do número de habitantes e ao desenvolvimento. Ele se localiza na desproporção entre recursos naturais e população, ou seja, ocorre fundamentalmente nos chamados superpovoados que constituem, sem dúvida, a maior parte dos subdesenvolvidos;

M. P. C. G. - Instituto de Pesquisa  
Econômica-Social Aplicada - (IPEA)  
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

- c) o Brasil, país subpovoado e com uma ocupação dispersa do seu território, beneficia-se de duas formas com o rápido incremento demográfico presente: uma população maior torna mais elevado seu mercado ou produto potencial per habitante, e exemplo do que sucede com os Estados Unidos; uma ocupação mais densa do território permite melhor utilização da infra-estrutura econômica e social existente e a ser criada;
- d) a política aconselhável diante da atual explosão demográfica deve ser a de deixar agir os processos automáticos de freigem. A proposta de medidas de contenção de natalidade resulta de uma extrapolação indevida para nosso país de problemas que existem apenas em outras partes do mundo.